

TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA COMO PRODUÇÃO DE CIDADANIA NA SAÚDE MENTAL: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE OFICINAS E TRABALHO DE CAMPINAS.

Work and income generation as citizenship production in mental health: the experience of workshops at the nucleo de oficinas e trabalho (NOT) at Campinas/ SP (Brazil)

Fernanda Rodrigues Galves¹

Carolina Con Andrades Luiz²

José Eduardo Peres Ramos Júnior³

Kátia Liane Rodrigues Pinho⁴

Artigo encaminhado: 16/03/2016

Aceito para publicação: 28/04/2016

RESUMO: Esse relato de experiência tem como objetivo apontar caminhos trilhados ao longo desses 25 anos de existência das oficinas de trabalho e geração de renda do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) no sentido da produção de cidadania dos usuários na saúde mental da rede de Campinas, SP. Tentaremos aprofundar algumas reflexões acerca de princípios e diretrizes que permeiam tanto a reforma psiquiátrica quanto a economia solidária no que diz respeito à construção de espaços mais democráticos de discussão que possibilitam a construção no cotidiano de trabalho, da contratualidade social, autonomia, e cidadania dos usuários. Discutiremos sobre o cotidiano nas oficinas e os dispositivos criados como alternativas de gestão democrática que aproximam da autogestão. São eles: as assembleias, rodas de conversa e a criação de um espaço intermediário que chamamos de “rodão”, propiciando a produção de cidadania dos envolvidos no processo. Deixaremos claro, ao longo do texto, os desafios e dificuldades enfrentados para trilhar esses caminhos, mas que são possíveis e importantes no que diz respeito ao protagonismo dos usuários.

Palavras-chave: Economia solidária; Geração de renda; Oficinas de trabalho; Reabilitação psicossocial e saúde mental.

ABSTRACT: This report aims to point out paths taken over these 25 years of lessons learned from the workshops and income generation at the Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) towards the production of citizenship based on users in mental health of the network at Campinas, São Paulo (Brazil). We will try to deeper some reflections on principles and guidelines that affect both the psychiatric reform and the solidarity economy regarding to the construction of democratic spaces for discussion that enable the construction in the daily work, social contractuality, autonomy and citizenship of users. We will discuss about the daily routine in the workshops and devices created as democratic spaces alternatives that bring self-management. They are meetings, conversation circles and creation of an intermediate space which we call “rodão”, that are enabling citizenship production of the involved in the process. We will let it clear, along the text, the challenges

¹ Mestra em Ciências pela UNICAMP. Coordenadora da Oficina de Ladrilho Hidráulico do Núcleo de Oficinas e Trabalho. ferbys33@gmail.com

² Mestranda em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Coordenadora da Oficina de Vitral Artesanal do Núcleo de Oficinas e Trabalho. carolcon@gmail.com

³ Especialista em Saúde Mental e Coletiva pela UNICAMP. Coordenador das Oficinas de Velas e Serralheria do Núcleo de Oficinas e Trabalho. eduardoperesr@gmail.com

⁴ Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Coordenadora da Oficina de Papel Artesanal do Núcleo de Oficinas e Trabalho. katialiane.to@gmail.com

and difficulties faced to track these paths, but they are possible and important regarding to the protagonism of the users.

Keywords: Solidary economy; Income generation. Workshops; Psychosocial rehabilitation and mental health.

O Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, localizado na cidade de Campinas-SP, é uma instituição com atuação desde 1924, sendo exclusivamente financiada pelo Sistema Único de Saúde do Brasil desde 1990.

Responsável pela gestão de parte da rede de saúde mental do município, constituiu ao longo de 26 anos de reforma psiquiátrica uma expansiva rede de serviços que abrange todos os distritos de saúde da cidade.

Atualmente, dispõe de 6 CAPS III, 3 CAPS ADs, 2CAPSi, 5 Centros de Convivência, 1 Núcleo de Internação, 20 Residências Terapêuticas e 2 serviços promotores de geração de trabalho e renda.

O Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), um dos serviços de geração de trabalho e renda será o objeto de relato de experiência deste artigo. Com 13 oficinas que visam à inclusão social, produção de cidadania e reabilitação psicossocial⁵ de pessoas em sofrimento psíquico e/ou com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

O NOT surgiu em 1991 junto com o processo de transformação do modelo assistencial da instituição. Pois com a chegada da reforma psiquiátrica e o processo de desinstitucionalização, alguns moradores e/ou primeiros egressos da instituição, começaram a demandar por trabalho como forma de reorganização da vida (CAYRES, 2012).

Com o passar dos primeiros anos de atividade, o NOT vai mostrando sua eficácia e com seu desenvolvimento e crescimento, surge necessidade da criação de uma personalidade jurídica para viabilizar a gestão administrativa e financeira das oficinas, com a fundação da Associação Cornélia Vlieg, em 1993 (CAYRES, 2012).

Com a ampliação no número de oficinas, a produção acabou exigindo um espaço mais visível para comercialização e, no ano de 2001, inaugurou-se uma loja comercial na região central da cidade, o Armazém das Oficinas, atual marca de seus produtos.

Para além dos produtos artesanais das oficinas, nas linhas de mosaico em cerâmica e vidro, papelaria artesanal e cartonagem, velas, marchetaria em cipó,

⁵De acordo com Saraceno (2001), a reabilitação psicossocial compreende um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social.

iluminação e vitrais, costura e bordados, peças e móveis em ferro e madeira e ladrilho hidráulico, o NOT também realiza atividades de prestação de serviços no setor de alimentação, de agricultura orgânica e jardinagem, contando com 300 vagas distribuídas entre as oficinas.

Ao longo da história do NOT, a denominação *oficineiros*, usada para designar os trabalhadores das oficinas de geração de trabalho e renda, enquanto aprendizes de um ofício, foi uma escolha ética e política com o objetivo de deslocar os sujeitos do lugar apenas de usuários do serviço para protagonistas do mundo do trabalho.

De acordo com Pinho e autores (2014) a escolha estratégica da reforma psiquiátrica brasileira pelo modelo da reabilitação psicossocial no qual o cuidado está centrado no sujeito compreendido enquanto cidadão de direitos reforça a importância da temática do direito ao trabalho enquanto eixo orientador da vida.

Para esses autores, as principais experiências no campo da saúde mental estão relacionadas à dimensão do trabalho coletivo e cooperado. Há neste campo muitos desafios, o principal deles é afirmar os projetos e oficinas como empreendimentos econômicos solidários. Neste sentido, uma aproximação com o movimento da economia solidária ampliou as discussões.

O movimento de economia solidária, no Brasil, surgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores e comunidades pobres mobilizados socialmente frente à crise provocada pela estagnação econômica. No entanto, a economia solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares, assim, passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório (SCHIOCHET, 2011).

Os movimentos da reforma psiquiátrica e da economia solidária se encontram e apresentam profundas ligações com relação à discussão sobre direitos e a inclusão econômica de pessoas excluídas socialmente. A realização em 2004 da “Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho” em Brasília/DF marca o encontro entre os movimentos. Esse encontro resultou em uma Portaria interministerial de número 353, de 07 de março de 2005, que instituiu a aliança entre saúde mental e economia solidária na política brasileira.

“Creio que, até por esta visão que a economia solidária traz de travar este debate [...] com essas condições adversas do mercado, que é um mercado que não inclui, mas exclui, entre a economia solidária e a reforma psiquiátrica há uma vocação cooperativa inevitável. [...] O fundamental é que ambos nascem de uma mesma matriz comum [...] nessa vontade de mudar a sociedade, de modo que ela possa ser uma sociedade mais generosa, mais inclusiva, mais solidária etc. Essa é a matriz que nos interessa. Na verdade, a reforma psiquiátrica não é uma tecnologia de montar serviços de saúde mental, mas um movimento social de

transformação profunda e de fato das concepções sobre a loucura e sobre a diferença” (DELGADO, 2005).

A ideia da inclusão pelo trabalho se coloca, não apenas como um dispositivo de políticas públicas voltadas a criação de um novo modelo assistencial em saúde mental, mas enquanto um processo vivo constituinte de um novo campo social, de afirmação e busca de direitos (PINHO et al, 2014).

Organizado pelos princípios da economia solidária, O NOT preconiza em seu funcionamento: a solidariedade e a cooperação, a valorização social do trabalho humano, a dimensão econômica das atividades e a autogestão. Isso permite que as oficinas tenham uma realidade diferenciada da do mercado capitalista a qual a sociedade atual está acostumada.

Como metodologia de organização do cotidiano, as vagas das oficinas são disponibilizadas para as redes de saúde e de assistência social do município e, semanalmente, são realizadas cerca de dez triagens.

As triagens são realizadas pela equipe técnica e é um momento de conversa sobre a história de vida pessoal e ocupacional dos que buscam no NOT uma oportunidade de trabalho. Após a conversa é ofertada uma visita às oficinas para aprofundar reflexões sobre as vagas, interesses e habilidades, oportunizando a escolha pela oficina que deseja participar.

Os oficineiros geralmente entram nas oficinas na função de aprendizes e podem mudar de função conforme evolução no aprendizado da técnica, habilidade, produtividade, responsabilidade e frequência.

Para elaboração da bolsa-oficina (divisão dos ganhos) é realizada uma avaliação em roda de conversa. Nesta avaliação, questões como participação e cooperação são elementos levados em consideração e a estratégia da avaliação coletiva permite que os oficineiros participem do processo de gestão e tomada de decisões da oficina.

Os recursos para composição da bolsa-oficina são provenientes, exclusivamente, da comercialização da produção, que pode se dar através das vendas no Armazém das Oficinas, dos contratos de prestação de serviços (alimentação e jardinagem) e da participação em feiras de economia solidária, feiras na comunidade, feira para lojistas e em eventos.

No que diz respeito ao cotidiano das oficinas, para a gestão e otimização dos recursos é necessária a organização dos trabalhadores para a compra de materiais, manutenção de equipamentos e inovação na linha de produtos, para que estejam de acordo com as necessidades do mercado.

A questão da segurança do trabalho também merece atenção para dentro das oficinas, pois em boa parte delas há uma gama de máquinas profissionais, sendo necessário treinamento e acompanhamento de uso, assim como de equipamentos individuais de segurança obrigatórios.

Portanto, no cotidiano das oficinas, são oportunizadas ações que levam ao desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos oficinairos. As oficinas apesar de terem suas singularidades no processo de produção e organização interna do trabalho, seguem princípios e diretrizes comuns. Como a realização de rodas de conversa, rodão e assembleias.

Para fins deste relato de experiência, escolhemos aprofundar algumas reflexões acerca desses princípios e diretrizes comuns, por entendermos que são atividades híbridas de gestão e cuidado, que viabilizam a produção de sujeitos protagonistas.

As rodas de conversa são reuniões semanais de cada oficina nas quais são discutidas e decididas ações pertinentes para cada grupo. Podendo explorar o contexto interno, o funcionamento e organização do trabalho, os problemas enfrentados desde a produção até as vendas e as situações decorrentes das particularidades de cada oficinairo. São espaços mediadores e de resolução de conflito.

O rodão funciona a cada três semanas e por representatividade dos oficinairos de todas as oficinas, que voluntariamente se disponibilizam a estarem nesse espaço ou podem ser escolhidos pelos seus grupos para representá-los. Tem por característica ser intermediário entre a roda de conversa e a assembleia. Funciona como um importante dispositivo de comunicação e de compartilhamento das ações, dificuldades e estratégias, propondo uma conexão entre o que é discutido nas rodas e nas assembleias. Nos encontros os representantes levam as dificuldades de cada oficina com o intuito de se pensar estratégias coletivas para resolução de problemas comuns e isso volta para o debate nos grupos menores, as rodas de conversa.

No que diz respeito à assembleia, esta se trata de um dispositivo deliberativo de gestão, aberto para todos os profissionais e oficinairos. São encontros mensais onde todos os participantes têm direito a voz e voto. As pautas são escolhidas previamente para que os grupos possam amadurecê-las nas rodas de conversa e para que participem da assembleia de maneira esclarecida e participativa.

A criação das rodas de conversa e rodão decorrem da necessidade de inserir os oficinairos nas discussões e decisões das oficinas. O rodão foi pensado e instituído como uma alternativa inicial devido à dificuldade da implantação da assembleia.

As assembleias aconteciam eventualmente no NOT, mas acabavam se esvaziando e não sendo sustentada pelos trabalhadores e oficinairos por não haver identificação entre as oficinas, que não se reconheciam como projeto único, mas como experiências isoladas umas das outras. Além da dificuldade de tomar decisões coletivas com o grande número de participantes, conciliar horários e interesses dos grupos, despertando medos e fantasias pela falta de compreensão sobre o que este novo espaço poderia proporcionar.

Após três anos de funcionamento do rodão e apropriação pelos oficinairos e equipe dos debates e contribuições das oficinas, no sentido de conseguir resolver problemas comuns e somar forças para conquistar direitos e mudar pequenas questões do cotidiano, no ano de 2015, a assembleia volta a ganhar força e, desta vez, enquanto dispositivo de gestão como decisão coletiva dos trabalhadores e oficinairos, sustentada pelas discussões iniciadas nos rodões.

Fruto do investimento no protagonismo dos oficinairos e da potencialidade desses espaços coletivos de discussão e deliberação, os últimos encontros pautaram os maiores desafios do dia a dia. São eles: falta de capital de investimento; alta rotatividade de oficinairos; faltas dos oficinairos no dia a dia de trabalho sem justificativa; como conseguir melhorar as vendas e, conseqüentemente, a bolsa-oficina; garantia dos princípios da economia solidária: solidariedade, respeito e união; e dificuldade dos oficinairos em participar da administração da oficina e, conseqüentemente, concretizar o princípio da autogestão.

Alguns desses desafios recebem atenção justamente no espaço da assembleia, mas para que este espaço se constitua de fato democrático foi preciso reconstruir e ressignificar os espaços de trocas nas oficinas (rodas de conversa) e constituir um espaço intermediário (rodão).

Portanto, o NOT tem vivenciado um processo de instituição de novos espaços de diálogo, entendidos como fundamentais para o funcionamento do serviço. Essas ações permitiram dois importantes avanços: a retomada das assembleias e o amadurecimento das questões relacionadas à identificação das diversas oficinas como um único grupo.

Viabilizar e garantir espaços de diálogo, de horizontalidade das relações e de tomadas de decisões coletivas que concretizam o empoderamento, o exercício da autogestão, estimulam a solidariedade e a união entre as oficinas. Práticas que vão ao encontro dos princípios da economia solidária.

De acordo com Singer (2002), a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.

Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Entende-se que essa experiência é relevante para ser compartilhada e discutida, pois a implementação e sustentação desses espaços garantem um dos princípios fundamentais da reforma psiquiátrica, a produção de cidadania e da economia solidária, a autogestão, desafios para os serviços que se propõem a trabalhar segundo esses princípios.

Portanto, o interesse e a iniciativa dos oficinairos em debater e discutir junto aos trabalhadores os principais desafios do NOT mostra que o caminho está trilhado e nos leva a crer que apesar da reforma psiquiátrica ter iniciado na década de 70 no Brasil, é um processo em permanente construção. Novas possibilidades e experiências estão por vir no campo do cooperativismo social e precisam avançar dentro das esferas sociais e políticas.

A inclusão social pelo trabalho da pessoa em sofrimento psíquico, ainda não foi constituída como um marco legal de políticas públicas de apoio e fomento às cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários. Ou seja, os usuários da Rede de Atenção Psicossocial não têm plenamente garantido o direito constitucional no trabalho que possibilitam a sua autonomia e protagonismo na cadeia produtiva (PINHO et al, 2014).

No entanto, a experiência de atuação do NOT tem viabilizado que muitas pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade devido à exclusão tanto do convívio social quanto do mercado de trabalho formal, conseguissem reconquistar, além da renda, a dignidade e a inclusão social. Que mais dispositivos como este de inclusão social pelo trabalho sejam impulsionados pelo país. Que a aposta no trabalho coletivo e autogerido possa seguir alimentando o cotidiano dos serviços de geração de trabalho e renda, na saúde mental.

REFERÊNCIAS

DELGADO, P. G. G. Conferência de abertura – economia solidária e saúde mental. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 134p.

PINHO, KLR; PINHO, LP; LUSSI, IAO; MACHADO, MLT. **Relato de experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. 10-19p.

CAYRES, C. O processo constitutivo e as concepções do Núcleo de Oficinas e Trabalho. In: RIMOLI, R; CAYRES, C. O. **Saúde Mental e Economia solidária – Armazém das Oficinas**: um olhar para além da produção. Campinas: Medita, 2012. 21-34p.

SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In PITTA, A. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2001, 13-18p.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas de Economia Solidária - breve trajetória e desafios. In: BENINI, E.[et al]. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2011.443-452p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.